

Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$51.229 mil e R\$303.363 mil (controladora e consolidado, respectivamente) em 31 de dezembro de 2019, decorrente da reclassificação de empréstimos e financiamentos e de debêntures do passivo não circulante para o passivo circulante. A reclassificação deu-se em função de os contratos conterem cláusula estabelecendo que os credores poderão declarar vencimento antecipado da dívida no caso de a Companhia e suas controladas não atingirem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,20 sobre as demonstrações financeiras consolidadas, evento este que ocorreu em 31 de dezembro de 2019, no qual, de acordo com os cálculos da Companhia e de suas controladas, o índice consolidado do ICSD foi de 1,11.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Embora a reclassificação tenha sido efetuada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures estabelecem que, se a Companhia e suas controladas não atingirem o índice anteriormente mencionado, para restabelecê-lo, deverão efetuar depósito garantia na conta de complementação do ICSD no montante necessário para que o cálculo do referido índice atinja 1,20. A Administração efetuou, subsequentemente a 31 de dezembro de 2019, o depósito garantia na conta de complementação do ICSD, para garantir a manutenção do índice financeiro estabelecido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de receita

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. As controladas da Companhia são responsáveis pela construção, operação e manutenção de empreendimentos de geração eólica, cujo contratos negociados no leilão de longo prazo, foram estabelecidos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da existência de um risco de erro material pelo não reconhecimento adequado da receita. Dado o potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita de acordo com o período de competência; (ii) exame documental de todos os contratos de compra e venda de energia com o objetivo de avaliar sua substância econômica em relação às atividades da Companhia e o adequado tratamento contábil; (iii) recálculo dos ajustes contratuais, de acordo com o predisposto nos contratos de energia; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação-suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Monitoramento do cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants")

A Companhia mantém contrato de dívida com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e operação de debêntures com esforços restritos, ambos com cláusulas restritivas ("covenants"). Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas desses instrumentos, estas poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizadas pela Administração da Companhia. Esses instrumentos preveem "covenants" financeiros e não financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e nº 14, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que os saldos envolvidos são materiais para a nossa auditoria.

Desta forma, o assunto requereu nossa maior atenção quanto ao cálculo dos índices financeiros e ao atendimento aos índices não financeiros e, portanto, foi considerado um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes da Companhia e de suas controladas relacionados aos processos de monitoramento e cálculo dos "covenants" implantados pela Administração; (ii) discussões com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos "covenants" financeiros e atendimento das cláusulas não financeiras; (iii) avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos instrumentos de dívida; (iv) análise dos cálculos elaborados pela Administração; e (v) análise das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os processos de monitoramento da situação financeira adotados pela Administração para os "covenants", assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	5	1.778	52	Fornecedores	-	-	1.446	369	
Títulos e valores mobiliários	5	2	8	7.117	35.129	Arrendamentos	-	-	132	-	
Contas a receber	6	-	-	8.917	9.437	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	251.035	20.004
Dividendos a receber		14.398	14.899	-	-	Debêntures	13	65.705	1.118	65.705	1.118
Impostos e contribuições a recuperar		73	73	1.063	1.175	Obrigações trabalhistas		-	-	136	205
Outros ativos		2	2	1.036	543	Obrigações tributárias		1	3	982	1.649
Total dos ativos circulantes		<u>14.477</u>	<u>14.987</u>	<u>19.911</u>	<u>46.336</u>	Outros passivos		-	-	3.838	141
						Total dos passivos circulantes		<u>65.706</u>	<u>1.121</u>	<u>323.274</u>	<u>23.486</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	12.836	13.532	Arrendamentos		-	-	7.050	-
Outros ativos		-	-	9	14	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	240.560
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	43.798	51.313	-	-	Debêntures	13	-	63.248	-	63.248
Partes Realacionadas	9	16.500	-	-	-	Partes Relacionadas	17.2	16.000	-	16.000	-
Investimentos	10	148.217	194.019	-	-	Outros passivos		-	-	1.516	1.247
Imobilizado	11	-	-	454.655	462.957	Total dos passivos não circulantes		<u>16.000</u>	<u>63.248</u>	<u>24.566</u>	<u>305.055</u>
Intangível	12	-	-	1.715	1.652	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		<u>208.515</u>	<u>245.332</u>	<u>469.215</u>	<u>478.155</u>	Capital social	17.1	165.785	205.785	165.785	205.785
						Prejuízos acumulados		(24.499)	(9.835)	(24.499)	(9.835)
						Total do patrimônio líquido		<u>141.286</u>	<u>195.950</u>	<u>141.286</u>	<u>195.950</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>222.992</u>	<u>260.319</u>	<u>489.126</u>	<u>524.491</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>222.992</u>	<u>260.319</u>	<u>489.126</u>	<u>524.491</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	61.012	99.514
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	19	-	-	(37.816)	(41.473)
LUCRO BRUTO		-	-	23.196	58.041
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	20	(13)	(493)	(905)	(1.804)
Equivalência patrimonial	10	(5.802)	21.683	-	-
LUCRO OPERACIONAL		(5.815)	21.190	22.291	56.237
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	1	-	2.491	1.937
Despesas financeiras	21	(8.850)	(8.185)	(36.754)	(41.393)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.849)	(8.185)	(34.263)	(39.456)
		(14.664)	13.005	(11.972)	16.781
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	22	-	-	(2.692)	(3.776)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(14.664)	13.005	(14.664)	13.005
Número de ações integralizadas - em milhares		167.996	207.996		
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		(0,0873)	0,0625		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(14.664)	(14.664)	(14.664)	(14.664)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(14.664)</u>	<u>(14.664)</u>	<u>(14.664)</u>	<u>(14.664)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		205.785	(22.840)	182.945
Prejuízo do exercício		-	13.005	13.005
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>205.785</u>	<u>(9.835)</u>	<u>195.950</u>
Redução de Capital	17.1	(40.000)	-	(40.000)
Prejuízo do exercício		-	(14.664)	(14.664)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>165.785</u>	<u>(24.499)</u>	<u>141.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(14.664)	13.005	(14.664)	13.005
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	-	23.075	22.723
Apropriação de juros sobre arrendamentos	3.15 a)	-	-	295	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	8.723	8.542	30.131	32.004
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	132	107	248	222
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	21	-	-	(2.423)	(1.937)
Resultado de equivalência patrimonial	10	5.802	(21.683)	-	-
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	35	20
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	520	3.505
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	112	(316)
Outros ativos		-	375	(488)	450
Fornecedores	12	-	(307)	1.077	(6.305)
Obrigações trabalhistas		-	(43)	(69)	68
Obrigações tributárias		(2)	-	1.987	3.497
Outros passivos		-	-	2.450	2
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(6.041)	(5.845)	(26.729)	(27.604)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.654)	(3.874)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(6.050)</u>	<u>(5.849)</u>	<u>12.903</u>	<u>35.460</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	5 e 7	6	(8)	31.131	(34.150)
Dividendos recebidos		501	-	-	-
Redução de capital em controladas	10	23.500	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	11 e 12	-	-	(6.137)	(446)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	7.515	7.010	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>31.522</u>	<u>7.002</u>	<u>24.994</u>	<u>(34.596)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Redução de capital	17.1	(24.000)	-	(24.000)	-
Captação de empréstimos	13 e 14	-	-	750	-
Arrendamentos pagos	3.15 a)	-	-	(331)	-
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(1.475)	(1.165)	(12.590)	(11.159)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(25.475)</u>	<u>(1.165)</u>	<u>(36.171)</u>	<u>(11.159)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3)</u>	<u>(12)</u>	<u>1.726</u>	<u>(10.295)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício	4	5	17	52	10.347
Saldo no fim do exercício	4	2	5	1.778	52
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3)</u>	<u>(12)</u>	<u>1.726</u>	<u>(10.295)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADASNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$51.229 (R\$303.363 no consolidado), decorrente, substancialmente, da reclassificação dos saldos de "Empréstimos e Financiamentos" e "Debêntures" do longo para o curto prazo, conforme evidenciado nas notas explicativas nº13 e nº14. A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, mas o mesmo seja superior ou igual a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20, o que foi realizado, subsequentemente a 31 de dezembro de 2019, a fim de se assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2019 e 2018
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.295	11.500	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	11.200	100%
Total	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>	

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, estado de Pernambuco. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº251 de 4 de junho de 2014 e nº 263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

As controladas, em 26 de dezembro de 2017, solicitaram a adesão ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSND. Em 19 de janeiro de 2018, foi expedida, através do comunicado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nº 046/18, a adesão da Companhia ao MCSND, sendo descontratado de 100% de seus contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e ofertado 100% de sua geração no Ambiente de Contratação Livre - ACL, para o período de janeiro a dezembro de 2018.

As Controladas, a partir de 1º de janeiro de 2019, retomaram a destinação de sua produção de geração de energia aos CCEARs.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a

legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle

deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram constituídas provisões para riscos de créditos..

3.5. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de energia nova são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda esperadas. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos

e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2) Arrendamentos (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis. A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2), conforme evidenciado abaixo.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil”

A norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A companhia e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii)

mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Administração realizou um inventário dos contratos e, fazendo uma análise dos tipos de contratos que se enquadram no escopo do arrendamento, identificou as seguintes classificações: (a) isenções: (i) prazo de vigência menor que doze meses; (ii) contratos de baixo valor; (iii) contratos que não possuem prazo determinado; e (iv) contratos que a Companhia não possui controle do ativo, e (b) contratos que a Companhia possui controle do ativo e existe contraprestação.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada que não exigiu a reapresentação dos valores, não impactou o patrimônio líquido e o cálculo de dividendos ou da distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitou a utilização de expedientes práticos.

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente, considerando o prazo remanescente dos contratos, e aplicando taxa de desconto incremental. Tal taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

Consolidado	
Mais de 5 anos	
Total dos pagamentos mínimos	15.705
Encargos financeiros futuros	(8.523)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>7.182</u>
Circulante	132
Não circulante	<u>7.050</u>
	<u>7.182</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue

Arrendamentos – Consolidado	
Adoção inicial em 1 de janeiro de 2019	6.912
Adição de novos contratos e atualização monetária	306
Apropriação de juros	295
Amortizações	<u>(331)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.182

b) A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente.

Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e podem ser apresentados conforme segue:

Direito de Uso	
Adoção em 1 de janeiro de 2019	6.912
Adição de novos contratos e atualização monetária	306
Depreciação	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.088</u>

3.16. Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 00 (R2) e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	-	-	5	5
Depósitos bancários	1	5	1.746	7
Aplicações financeiras (*)	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>40</u>
Total	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>1.778</u>	<u>52</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>7.117</u>	<u>35.129</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 96,53% do CDI (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica ACL e MCP (a)	-	9.177
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (b)	7.378	-
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (c)	1.539	260
Total	<u>8.917</u>	<u>9.437</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no ACL - Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR

(c) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Consolidado	
	2019	2018
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	<u>12.836</u>	<u>13.532</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 96,53% (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 14.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2019	2018
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>43.798</u>	<u>51.313</u>

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., e Eólica Serra das Vacas IV S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 40.058.526. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas I S.A.	1,5046	0,2065	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S.A.	1,6147	0,3804	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S.A.	1,6956	0,3948	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	1,5758	0,2619	1,3139

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559, e parte como reserva de capital no montante de R\$51.711. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$43.798, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

Ações Preferenciais Resgatáveis	Movimentação 2018				
	Reserva de capital				
	Movimentação		Saldo	31/12/2018	
31/12/2017	Resgate	31/12/2018			
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	17.050	(1.873)	15.177	18.135
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	8.042	(1.645)	6.397	9.264
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	8.380	(1.769)	6.611	9.478
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	13.292	(1.723)	11.569	14.436
Total	11.559	46.764	(7.010)	43.044	51.313

Ações Preferenciais Resgatáveis	Movimentação 2019				
	Reserva de Capital				
	Movimentação		Saldo	31/12/2019	
31/12/2018	Resgate	31/12/2019			
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	15.177	(2.011)	13.166	16.124
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	6.397	(1.763)	4.634	7.501
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	6.611	(1.895)	4.716	7.583
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	11.569	(1.846)	9.723	12.590
Total	11.559	43.044	(7.515)	32.239	43.798

9. PARTES RELACIONADAS

Em 08 de outubro de 2019 a companhia deliberou em assembleia extraordinária reduzir o capital das controladas, por considerar excessivo, a redução dar-se a mediante o cancelamento de 10.000.000 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em cada uma das investidas.

O fluxo de pagamento da redução de capital, possui previsão de liquidação até 2021. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto está apresentado a seguir:

	2019	2018
Eólica Serra das Vacas I S.A.	4.500	-
Eólica Serra das Vacas II S.A.	3.500	-
Eólica Serra das Vacas III S.A.	4.000	-
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	4.500	-
Total	16.500	-

10. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2019	2018
Avaliação patrimonial	<u>148.217</u>	<u>194.019</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos

Controlada	Saldo em 31/12/2018	2019		
		Equivalência patrimonial	Redução de capital (*)	Saldo em 31/12/2019
Eólica Serra das Vacas I S.A.	48.707	(3.384)	(10.000)	35.323
Eólica Serra das Vacas II S.A.	48.500	(632)	(10.000)	37.868
Eólica Serra das Vacas III S.A.	48.358	(1.094)	(10.000)	37.264
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	48.454	(692)	(10.000)	37.762
Total	<u>194.019</u>	<u>(5.802)</u>	<u>(40.000)</u>	<u>148.217</u>

Controlada	Saldo em 31/12/2017	2018		
		Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2018
Eólica Serra das Vacas I S.A.	44.219	4.488	-	48.707
Eólica Serra das Vacas II S.A.	49.179	5.500	(6.179)	48.500
Eólica Serra das Vacas III S.A.	45.750	6.073	(3.465)	48.358
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	48.087	5.622	(5.255)	48.454
Total	<u>187.235</u>	<u>21.683</u>	<u>(14.899)</u>	<u>194.019</u>

(*) Em 08 de outubro de 2019 a companhia deliberou em assembleia extraordinária reduzir o capital nas controladas, por considera-lo excessivo, a redução dar-se á mediante o cancelamento de 10.000.000 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em cada uma das Investidas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	130.038	(94.713)	(35.323)	(3.384)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	117.884	(80.016)	(37.868)	(632)
Eólica Serra das Vacas III S.A.	117.717	(80.453)	(37.264)	(1.094)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>123.407</u>	<u>(85.645)</u>	<u>(37.762)</u>	<u>(692)</u>
Total	<u>489.046</u>	<u>(340.827)</u>	<u>148.217</u>	<u>(5.802)</u>

Empreendimentos	2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	137.707	(88.999)	(48.708)	4.488
Eólica Serra das Vacas II S.A.	127.833	(79.332)	(48.501)	5.500
Eólica Serra das Vacas III S.A.	126.530	(78.172)	(48.358)	6.073
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>132.333</u>	<u>(83.880)</u>	<u>(48.453)</u>	<u>5.622</u>
Total	<u>524.403</u>	<u>(330.383)</u>	<u>(194.020)</u>	<u>21.683</u>

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado			Total
	Terreno	Material depósito	Desenvolvimento de projeto Social (*)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	1.071	-	1.074
Aquisições	35	195	-	230
Saldo em 31 de dezembro de 2018	38	1.266	-	1.304
Aquisições	-	4.140	445	4.585
Baixa	(35)	-	-	(35)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3	5.406	445	5.854

(*) Em razão do contrato de financiamento de seu empreendimento junto ao BNDES a companhia deverá investir a quantia recebida do Subcrédito Social, no desenvolvimento do projeto e implantação do Centro de Turismo e Cultura no município de Paranatama, conforme citado na nota explicativa nº 14

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado							
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para desmobilização	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.887	78.296	403.909	63	73	-	-	484.228
Aquisições	-	-	-	160	-	-	-	160
Baixas	-	-	-	(20)	-	-	-	(20)
Depreciações	-	(2.824)	(19.872)	(16)	(3)	-	-	(22.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.887	75.472	384.037	187	70	-	-	461.653
Aquisições	-	-	1.354	27	99	-	-	1.480
Arrendamentos	-	-	-	-	-	7.218	-	7.218
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	-	1.516	1.516
Depreciações	-	(2.824)	(19.907)	(25)	(6)	(130)	(174)	(23.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.887	72.648	365.484	189	163	7.088	1.342	448.801
Segregado em:								
Custo	1.887	83.924	445.009	277	195	7.219	1.516	540.026
Depreciação acumulada	-	(11.276)	(79.525)	(88)	(32)	(130)	(174)	(91.225)
Total	1.887	72.648	365.484	189	162	7.088	1.342	448.801

Vida útil média ponderada - em anos

Taxa média ponderada de depreciação - em %

Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2019

454.655

Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2018

462.957

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.574	29	1.603
Aquisição	-	56	56
Amortização	-	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.574</u>	<u>78</u>	<u>1.652</u>
Aquisição	-	72	72
Amortização	-	(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.574</u>	<u>141</u>	<u>1.715</u>
Segregado em:			
Custo	1.574	189	1.763
Amortização acumulada	-	(48)	(48)
Total	<u>1.574</u>	<u>141</u>	<u>1.715</u>
Vida útil média - em anos		5	
Taxa média de depreciação - em %		20	

13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries. Para a 1ª série foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2ª série 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1ª série vem sendo amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2ª série vem sendo amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a 1ª parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Escritura das Debentures prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, a Companhia e suas controladas procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula V item 5.1 letra "pp" da Escritura das Debentures, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para

reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida. Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Principal e juros incorridos	71.958	70.750
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(6.253)</u>	<u>(6.384)</u>
Total	<u>65.705</u>	<u>64.366</u>
Segregado entre:		
Circulante	65.705	1.118
Não circulante	-	<u>63.248</u>
Total	<u>65.705</u>	<u>64.366</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.727
Juros incorridos	8.542
Amortização de juros	(5.845)
Amortização de principal	(1.165)
Apropriação custos a amortizar	107
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>64.366</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	64.366
Juros incorridos	8.723
Amortização de juros	(6.041)
Amortização de principal	(1.475)
Apropriação custos a amortizar	132
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>65.705</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

	Consolidado	
	2019	2018
BNDES	252.504	262.152
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(1.469)</u>	<u>(1.588)</u>
Total	<u>251.035</u>	<u>260.564</u>

Segregado entre:		
Circulante	251.035	20.004
Não circulante	-	240.560
Total	<u>251.035</u>	<u>260.564</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, as controladas da Companhia procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula sexta do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$ - mil</u>
Saldo em 31 de dezembro 2017	268.741
Amortização de principal	(9.994)
Amortização de juros	(21.759)
Juros incorridos	23.462
Apropriação de custos de transação	<u>114</u>
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>260.564</u>
Saldo em 31 de dezembro 2018	260.564
Liberação (*)	750
Amortização de principal	(11.115)
Amortização de juros	(20.688)
Juros incorridos	21.408
Apropriação de custos de transação	<u>116</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>251.035</u>

(*) Recebimento da primeira liberação do subcrédito social, destinado a investimento no desenvolvimento do projeto e implantação do Centro de Turismo e Cultura no município de Paranatama. Conforme citado na nota explicativa nº 11

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

15. PARTES RELACIONADAS

Remuneração da Diretoria

O pessoal-chave da Administração inclui diretores. A remuneração paga aos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi no montante de R\$178 (R\$209 em 31 de dezembro de 2018).

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem a registro de provisão para riscos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Em 27 de setembro de 2018, foi realizado o leilão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. "Eletrobras" nº 01/2018, onde foi colocado à venda 49% da participação acionária da Eletrobras na Eólica Serra das Vacas Holding S.A. A participação foi arrematada pela acionista Eolica Serra das Vacas Participações S.A.

Em 29 de novembro de 2018 foi assinado o contrato de compra e venda entre a Controladora Eólica Serra das Vacas Participações S.A. e a Eletrobras, e em 07 de outubro de 2019 é efetivada a transferência das ações, mediante assinatura no

registro de transferência das ações da Companhia.

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia deliberou em Assembleia Extraordinária a redução de capital, por considera-lo excessivo no montante de R\$40.000. A redução dar-se á mediante o cancelamento de 40.429.809 ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado é no montante de R\$500.000 e o capital social integralizado é no montante de R\$165.785 (R\$205.785 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 167.556.591 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (207.996.400 em 31 de dezembro de 2018), conforme segue:

	Controladora					
	Capital subscrito e integralizado	Quantidade de ações	%	Capital subscrito e integralizado	Quantidade de ações	%
	31.12.2019	31.12.2019		31.12.2018	31.12.2018	
Eólica Serra das Vacas Participações S.A. Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	165.785	167.556.591	100%	104.950	104.950.350	51%
	-	-	-	100.835	100.834.650	49%
Total	165.785	167.556.591	100%	205.785	205.785.000	100%

17.2. Partes relacionadas

O fluxo de pagamento da redução de capital, possui previsão de liquidação em até 2021 e está registrado na rubrica de partes relacionadas no passivo a longo prazo.

	2019	2018
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>16.000</u>	<u>-</u>

17.3. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

17.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

18. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2019	2018
Suprimento de energia elétrica – ACL e MCP	1.377	103.824
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	63.585	-
Sobras e déficit da obrigação contratual – CCEAR	(1.304)	-
Receita Bruta	<u>63.658</u>	<u>103.824</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(2.371)	(4.077)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(275)	(233)
Total	<u>(2.646)</u>	<u>(4.310)</u>
Total	<u>61.012</u>	<u>99.514</u>

19. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2019	2018
Energia comprada para revenda	(199)	(1.298)
Depreciação e amortização	(23.075)	(22.723)
Despesa com pessoal	(1.702)	(1.091)
Serviços de terceiros	(7.037)	(10.142)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(2.961)	(2.768)
Arrendamentos e alugueis	(523)	(821)
Material	(1.713)	(2.156)
Outros	(606)	(474)
Total	<u>(37.816)</u>	<u>(41.473)</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	2020	2019
Serviços de terceiros	(13)	(98)
Outros	-	(395)
Total	<u>(13)</u>	<u>(493)</u>

	Consolidado	
	2019	2018
Despesa com pessoal	(82)	(360)
Serviços de terceiros	(812)	(1.463)
Outras despesas	(17)	(8)
Outras receitas	6	27
Total	<u>(905)</u>	<u>(1.804)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2019	2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1	-
Total	<u>1</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(8.723)	(7.034)
Comissão fiança	(62)	(1.024)
Outras	(65)	(127)
Total	<u>(8.850)</u>	<u>(8.185)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>8.849</u>	<u>(8.185)</u>

	Consolidado	
	2019	2018
Receitas financeiras		
Títulos e valores mobiliários	2.423	1.935
Outras	68	2
Total	<u>2.491</u>	<u>1.937</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(30.131)	(31.980)
Comissão fiança	(5.286)	(7.977)
Outras	(1.337)	(1.436)
Total	<u>(36.754)</u>	<u>(41.393)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.263)</u>	<u>(39.456)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	64.962	64.962	103.824	103.824
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	5.197	7.795	8.306	12.459
Receitas financeiras	2.423	2.423	1.937	1.937
Outras receitas	68	68	27	27
Base de cálculo	7.688	10.286	10.270	14.423
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(1.153)	(926)	(1.540)	(1.298)
Adicional de IRPJ	(613)	-	(938)	-
Total	<u>(1.766)</u>	<u>(926)</u>	<u>(2.478)</u>	<u>(1.298)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(2.692)</u>		<u>(3.776)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora		
		Classificação	2019	2018
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado		2	5
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		2	8
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado		43.798	51.313
Dividendos a receber	Custo amortizado		14.398	14.899
Partes relacionadas	Custo amortizado		16.500	-
PASSIVOS				
Debêntures	Custo amortizado		65.705	64.366
Partes relacionadas	Custo amortizado		16.000	-
		Consolidado		
		Classificação	2019	2018
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado		1.778	52
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		7.117	35.129
Contas a receber	Custo amortizado		8.917	9.437
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado		12.836	13.532
PASSIVOS				
Fornecedores	Custo amortizado		1.446	369
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		251.035	260.564
Debêntures	Custo amortizado		65.705	64.366
Arrendamentos	Custo amortizado		7.182	-
Partes Relacionadas	Custo amortizado		16.000	-
Outros passivos	Custo amortizado		5.354	1.388

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos

de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos circulantes da Companhia excederam o total de ativos circulantes no montante de R\$51.229 (R\$303.263 no consolidado). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à reclassificação do saldo de "Empréstimos e financiamento" e "Debêntures" do longo para o curto prazo, conforme descrito na nota explicativa nº. 1. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas no curto prazo.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4.31%.
- TJLP: 5.57%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 5.94%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2019	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.705)	IPCA + 8,5%	(8.417)	(10.521)	(12.625)

Consolidado	2019	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.705)	IPCA + 8,5%	(8.417)	(10.521)	(12.625)
Empréstimos e financiamentos	(251.035)	TJLP+2,45%	(20.133)	(25.166)	(30.200)
Aplicações financeiras vinculadas	12.836	CDI	762	953	1.144
Títulos e valores mobiliários	7.117	CDI	423	528	634
Total	<u>296.787</u>		<u>(27.365)</u>	<u>(34.206)</u>	<u>(41.047)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	2019	2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	316.740	324.930
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, aplicações financeiras vinculadas	<u>(21.731)</u>	<u>(22.921)</u>
Dívida líquida	295.009	276.217
Patrimônio líquido	<u>141.286</u>	<u>195.950</u>
Índice de alavancagem financeira - %	209%	141%

24. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$6.000 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

25. SEGUROS

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2019	19/12/2020	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2019	19/12/2020	Controladas

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2019	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial – CPC 06 (R2) – arrendamentos/imobilizado	-	7.218
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	-	1.516

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme descrito nas notas explicativas nº. 13 e nº 14, em 26 de março de 2020 a Companhia realizou depósito em conta de complementação do ICSD no montante de R\$3.663, valor necessário para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de março de 2020.
